

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**PUBLIC EXPENDITURE ON EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPALITY OF CAMPINA GRANDE****GASTO PÚBLICO EN EDUCACIÓN: UN ANÁLISIS DEL MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE**

10.56238/revgeov17n3-010

Thamara Guimarães Sales

Graduada em Ciências Econômicas

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

E-mail: thamaragsales@gmail.com

Julio Cesar Nascimento

Doutor em Desenvolvimento Econômico

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: eco.jcn@gmail.com

Luana da Silva Ribeiro

Doutora em Economia

Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)

E-mail: luanasribeiro78@gmail.com

RESUMO

A educação é um fator fundamental para o processo de desenvolvimento socioeconômico dos países, sendo necessário e recomendado por organizações internacionais que os governos invistam recursos suficientes para a promoção de uma educação inclusiva e com qualidade. Neste sentido, este estudo busca saber se os volumes de gastos públicos realizados em educação no município de Campina Grande estão de acordo com os parâmetros sugeridos por tais organismos. Para a realização desta pesquisa, além da literatura utilizada foram extraídos dados acerca dos gastos públicos em educação, dentre outros dados de suma importância para a apuração dos resultados. Os dados aqui apurados demonstraram que o volume de gastos em educação tanto com efeito multiplicador quanto sem efeito multiplicador da educação no município de Campina Grande estão abaixo dos parâmetros aqui propostos. Dessa maneira, este estudo ressalta a importância de analisar se os recursos destinados à educação no município são suficientes para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade capaz de gerar o desenvolvimento social e econômico. Logo, esta pesquisa torna-se útil para o conjunto da sociedade civil e acadêmica compreender certos aspectos da educação do município.

Palavras-chave: Educação. Gastos Públicos. Desenvolvimento Econômico.



ABSTRACT

Education is a fundamental factor in the socioeconomic development process of countries, and international organizations recommend that governments invest sufficient resources to promote inclusive and quality education. In this sense, this study seeks to determine if the volume of public spending on education in the municipality of Campina Grande is in accordance with the parameters suggested by these organizations. For this research, in addition to the literature used, data on public spending on education were extracted, among other data of paramount importance for the analysis of the results. The data collected here demonstrated that the volume of spending on education, both with and without a multiplier effect, in the municipality of Campina Grande is below the parameters proposed here. Therefore, this study highlights the importance of analyzing whether the resources allocated to education in the municipality are sufficient to promote inclusive and quality education capable of generating social and economic development. Thus, this research becomes useful for civil society and academia as a whole to understand certain aspects of education in the municipality.

Keywords: Education. Public Spending. Economic Development.

RESUMEN

La educación es un factor fundamental en el proceso de desarrollo socioeconómico de los países, y los organismos internacionales recomiendan que los gobiernos inviertan suficientes recursos para promover una educación inclusiva y de calidad. En este sentido, este estudio busca determinar si el volumen del gasto público en educación en el municipio de Campina Grande se ajusta a los parámetros sugeridos por estos organismos. Para esta investigación, además de la literatura utilizada, se extrajeron datos sobre el gasto público en educación, entre otros datos de suma importancia para el análisis de los resultados. Los datos recopilados demostraron que el volumen del gasto en educación, tanto con efecto multiplicador como sin él, en el municipio de Campina Grande se encuentra por debajo de los parámetros propuestos. Por lo tanto, este estudio destaca la importancia de analizar si los recursos asignados a la educación en el municipio son suficientes para promover una educación inclusiva y de calidad capaz de generar desarrollo social y económico. Por lo tanto, esta investigación resulta útil para la sociedad civil y la academia en su conjunto para comprender ciertos aspectos de la educación en el municipio.

Palabras clave: Educación. Gasto Público. Desarrollo Económico.



1 INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial em 1945, houve a criação das Organizações das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de promover uma sociedade mundial mais igualitária e justa, através, principalmente, da erradicação da pobreza. Nesse contexto, na década de 1960 a Assembleia Geral da ONU definiu metas e diretrizes que os países deveriam seguir para alcançar o desenvolvimento social e econômico. (BERNUSSI, 2014), de forma que, o interesse pelo crescimento e desenvolvimento econômico dos países passou a ser uma pauta de grande relevância dentro das discussões econômicas. Dado que anteriormente, a preocupação dos economistas estava mais centrada nos ciclos econômicos e no pleno emprego.

Dessa maneira, a formalização do conceito de capital humano por Theodore Schultz na década de 1950, a partir da Teoria do Capital Humano, levou a educação a ocupar o papel de motor do desenvolvimento econômico. As organizações internacionais adotaram a ideia do investimento em educação como uma importante fonte para o desenvolvimento econômico e social, passando a formular e difundir estratégias e metas para o papel da educação. Sendo a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a UNESCO, as principais organizações internacionais adeptas a essa tese. (BERNUSSI, 2014)

A OCDE foi criada em 1961, com objetivo principal de auxiliar na reconstrução da Europa pós Guerra. No entanto, o contexto político da época acabou influenciando para que a educação passasse a ser um dos principais temas de interesse da organização. O sucesso dos planejamentos para educação adotados por alguns países da Europa ocasionou na expansão de metas educacionais parecidas para todo o mundo. Nesse contexto, umas das medidas importantes da OCDE é a importância voltada para os gastos com educação, a média dos países membros em 2014 era de 5,6% do PIB. (OCDE, 2014)

Nesse sentido, os gastos com educação são de grande relevância para o processo de desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011), os gastos públicos com educação têm o maior efeito multiplicador no PIB em comparação com outros gastos analisados, demonstrando, assim, a importância dos gastos com educação para a economia.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: De fato os gastos públicos com educação no município de Campina Grande no período de 2009 a 2014 estão dentro dos parâmetros sugeridos (5,6% média dos países desenvolvidos) pela OCDE para a promoção de educação inclusiva e de qualidade?

Para tanto, foram adotadas duas hipóteses como possíveis respostas provisórias a questão do trabalho, sendo elas: i) os gastos públicos com educação no município de Campina Grande estão acima da média da OCDE de 5,6% do PIB para o período analisado. ii) os gastos públicos com educação no município de Campina Grande estão abaixo da média da OCDE de 5,6% do PIB para o período analisado.



Logo, o interesse no tema da educação se deu a partir da observação do município de Campina Grande e sua importância no âmbito educacional. Campina Grande é considerada uma cidade universitária, possuindo três instituições públicas de ensino superior, sendo elas: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Além de diversas faculdades particulares. Dessa forma, a educação ocupa um papel importante na economia do município, o que torna interessante buscar analisar sua real participação no PIB de Campina Grande.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em demonstrar o quanto o gasto público em educação gerou em valor monetário sob o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Campina Grande no período de 2009 a 2014. Destarte, para que fosse possível chegar ao objetivo geral foi necessário estabelecer três objetivos específicos, sendo eles: a) levantar uma base de dados sobre as variáveis de gastos com a educação e o PIB municipal; b) realizar as estatísticas necessárias dos valores levantados; c) analisar os valores obtidos a partir dos cálculos encontrados.

2 A EDUCAÇÃO COMO FONTE PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É possível analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma nação através de indicadores econômicos e sociais, um exemplo de instrumento de análise é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹, que de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH mensura o progresso de um país a partir de três âmbitos, sendo eles: renda, saúde e educação.

No que tange a educação, a mesma, passou a ocupar um papel essencial como fator para o desenvolvimento econômico a partir da Teoria do Capital Humano, formalizada por Theodore Schultz, primeiro a utilizar o termo capital humano em meados da década de 1950. No entanto, a importância do capital humano já se encontrava presente nos escritos de Adam Smith, como aponta Becker (1964), ao explicar que o investimento em educação contempla a sociedade como um todo, e que a ideia básica “que um homem educado é uma espécie de máquina dispendiosa” foi citada por Smith em A Riqueza das Nações (BECKER, 1964, p. 2),

Mesmo que a educação adicional não elevasse as rendas vitalícias, a educação poderia ser ainda um investimento do ponto de vista social. Se uma economia em crescimento exige uma disponibilidade cada vez maior de potencial humano altamente educado, o Estado poderia estimular os estudantes a continuarem na escola como forma de investir na futura capacidade da população. [...] A despeito disso, a educação continua a ser um tipo de investimento, não para o indivíduo mas para a sociedade como um todo. [...] Tudo isto é bastante óbvio, e contudo

¹ “O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento”. Informação disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 22 ago. 2017.



as implicações para o comportamento econômico não eram realmente compreendidas até há pouco tempo. Isso é o que há de mais surpreendente, já que a idéia básica- que um homem educado é uma espécie de máquina dispendiosa- foi formulada há duzentos anos na *fons et origo* da Economia, *A Riqueza das Nações*. (BECKER, 1964, p.2, grifos do autor)

Em relação ao conceito de capital humano, Becker (2006) entendia que o termo capital humano refere-se ao conjunto de habilidades adquiridas através da acumulação de conhecimentos que podem ser utilizados para gerar riqueza. Para Schultz (1973), era necessário que o conceito de capital tradicional fosse ampliado para incorporar o conceito do capital humano, o qual se refere ao investimento no homem. Ainda de acordo com Schultz (1973), o capital humano se difere do capital não humano, pois ele é parte do homem não podendo ser separado do mesmo, é um ativo que não pode ser vendido, mas pode ser adquirido através do investimento no próprio indivíduo principalmente por meio da educação formal.

Schultz (1967) explica que a instrução destinada à despesa futura, ou seja, voltada para a aquisição de habilidades para o aumento da renda futura não deve ser considerada como despesa, e sim como investimento. Para ele, “sempre que a instrução elevar as futuras rendas dos estudantes, teremos um investimento. É um investimento em capital humano, sob a forma de habilidades adquiridas na escola.” (SCHULTZ, 1967, p. 25). Becker (1964) discorre também, que os custos para adquirir mais educação é um investimento para possibilitar um ganho futuro.

Dessa maneira, a Teoria do Capital Humano infere uma relação direta entre educação, renda e crescimento, visto que, o aumento da qualificação através dos investimentos em educação, nos quais, estes podem partir do indivíduo e/ou do Estado, geram maior produtividade e consequentemente, como retorno, aumento da renda individual e do país, ocasionando o crescimento econômico. Como demonstra Schultz (1967), ao explicar que parte do crescimento da renda dos Estados Unidos se deu através do investimento em capital humano:

O investimento na instrução tem alcançado apreciável valor nos Estados Unidos. [...] A taxa de rendimento do investimento na instrução é tão ou mais elevada do que a de qualquer outro investimento; mesmo quando consideram todos os gastos da instrução como investimentos rentáveis e não de consumo em qualquer proporção. Como fonte de crescimento econômico, a instrução adicional, oriunda da força de trabalho, apareceria com a responsabilidade de um quinto, aproximadamente, da elevação da renda nacional efetiva, nos Estados Unidos, entre 1929 e 1957. (SCHULTZ, 1967, p. 26-27)

Nesse sentido, é perceptível a importância que é passada para a educação a partir da Teoria do Capital Humano. Pois, de acordo com essa teoria, é através da educação formal que o indivíduo adquire habilidades que irão possibilitar o aumento da produtividade e, posteriormente, aumento da renda. Dessa maneira, a educação pode ser vista com um instrumento para reduzir a desigualdade social, dado que o indivíduo tem a possibilidade de aumentar sua renda e ascender socialmente beneficiando toda sociedade.



Diante desse contexto, a Teoria do Capital Humano influenciou e ainda influencia diversos organismos internacionais a respeito da importância da educação. Bernussi (2014), afirma que a solidificação e a expansão do conceito da educação como um instrumento econômico ocorreu na Assembleia Geral da ONU através da Resolução 1515, no ano de 1960. A partir dessa resolução, a qual salientou a educação como um fator importante no desenvolvimento, os países, principalmente os em desenvolvimento, aumentaram rapidamente os montantes voltados para a educação. O discurso do ‘crescimento econômico-educacional’ foi adotado pelos governos nacionais que passaram a receber apoio internacional.

As organizações internacionais abraçaram a ideia de investimento em educação como um caminho viável para o desenvolvimento econômico. Os dois maiores entusiastas dessa ideia foram a OCDE e a UNESCO. Após a concepção do discurso do “crescimento econômico-educacional”, ambas as organizações tornaram-se um meio de formulação e difusão do mesmo para especialistas e pesquisadores da área. (BERNUSSI, 2014, p. 22)

O conceito do capital humano como instrumento importante para o desenvolvimento pode ser verificado em documentos de alguns organismos internacionais, a título de exemplo, é possível citar o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do ano de 1991 do Banco Mundial, no qual aborda a importância do investimento em pessoas como uma das principais formas para possibilitar o desenvolvimento sustentado. O documento cita que:

O investimento em pessoas, quando corretamente conduzido, constitui a mais firme das bases para o desenvolvimento duradouro. [...] O aumento da produtividade é o motor do desenvolvimento. Mas o que faz aumentar a produtividade? A resposta é o progresso tecnológico, o qual, por sua vez, é influenciado por história, cultura, educação, instituições políticas de abertura nos países em desenvolvimento e industrializados. A tecnologia é difundida através do investimento no capital físico e humano e através do comércio. Há fortes indícios de vínculos entre produtividade e investimentos no capital humano e a qualidade do contexto econômico. (BANCO MUNDIAL, 1991, p. 4-5)

O relatório para a UNESCO do ano de 1996 intitulado de “Educação um Tesouro a descobrir”², destaca a relevância da educação para o século XXI como um dos meios mais eficaz para possibilitar um desenvolvimento humano mais harmonioso. A educação tem, dessa maneira, um papel extremamente importante para viabilizar a solidificação da paz, da liberdade e da justiça social; contribuindo, assim, para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, conflitos, guerras, etc.

² Título original: Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twentyfirst Century (highlights). Paris: UNESCO, 1996.



2.2 AS REGRAS DOS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

No Art. 211 da Constituição Federal de 1988 é definido a competência de cada esfera do governo em relação à educação. No entanto, tal artigo estabelece o regime de colaboração na organização do sistema de educação entre a União, Distrito Federal, estados e municípios. No que tange a competência de cada uma das entidades federativas no âmbito educacional, é determinado que os municípios atuem prioritariamente na educação infantil e fundamental, os estados sejam responsáveis pela educação de nível médio e fundamental e cabe a União a organização do sistema federal de ensino (superior e técnico), além de fornecer assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e aos municípios,

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. § 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.64)

No que tange ao financiamento da educação, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu Art. 68 estabelece que os recursos públicos destinados à educação sejam originários da receita de impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; da receita de transferências constitucionais e outras transferências; da receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; da receita de incentivos fiscais; e outros recursos previstos em lei.

Ainda, o Art. 212 da CF/1988 estabelece o montante percentual que cada esfera do governo deve aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), dessa forma a União é obrigada a aplicar, no mínimo, 18% anualmente, da receita de impostos e transferências, e os estados, o Distrito Federal e os municípios devem aplicar, no mínimo, 25%. No entanto, esse percentual pode vir a ser maior a depender das Leis Orgânicas dos municípios e das Constituições estaduais. Nesse contexto, a LDB em seu Art. 69 acrescenta que esse mínimo deve ser destinado ao ensino público:

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.



Em termos de financiamento público da educação é indispensável mencionar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 com prazo de vigência até o ano de 2020. De acordo com o portal do Ministério da Educação, o Fundeb é o substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef), instituído pela Emenda Constitucional nº 14/1996 que vigeu do ano de 1997 ao ano de 2006.

O Fundeb, como mencionado anteriormente, é um fundo especial, de origem contábil instituído no âmbito de cada estado e do Distrito Federal. É a principal origem do financiamento da educação pública do Brasil, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)³, sendo composto, em quase totalidade, por recursos advindos dos impostos e transferências dos estados, municípios e Distrito Federal. A União também participa em termos de complementação dos recursos, sempre que o valor por aluno no âmbito de cada estado não atingir o mínimo definido nacionalmente. Definido no Art. 4 da Lei nº 11.494/2007⁴:

Art. 4º A União complementarará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo desta Lei, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado de forma a que a complementação da União não seja inferior aos valores previstos no inciso VII do caput do art. 60 do ADCT.

É importante ressaltar que o Fundeb abrange toda a educação básica pública enquanto o Fundef priorizava o ensino fundamental. Entende-se por educação básica os anos iniciais até o ensino médio. De acordo com o FNDE os alunos atendidos pelo Fundeb são: da educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental (de oito ou de nove anos) e ensino médio; nas modalidades de ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e ensino profissional integrado; nas escolas localizadas nas zonas urbana e rural; nos turnos com regime de atendimento em tempo integral ou parcial.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este tópico discorre acerca dos dados e parâmetros que foram utilizados para possibilitar o desenvolvimento da pesquisa.

³ Informação disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

⁴ A Lei nº 11494/2007 regulamentou o Fundeb. Acesso a Lei completa disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017..



3.1 UNIVERSO DA PESQUISA

Este trabalho tem como universo de pesquisa o município de Campina Grande tendo como objeto de estudo as despesas municipais de educação, abrangendo todos os recursos transferidos ao município para despesas com a educação pública por parte do governo federal.

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho pode ser classificado por seus objetivos e por apresentar características de uma pesquisa explicativa, na medida em que se pretende explicar a ocorrência de um determinado fenômeno. O tipo de pesquisa pelos procedimentos técnicos apresentados se é dita como de levantamento, pois coleta dados secundários e através destes levanta outros dados. A partir disso, o estudo ganhou um caráter de uma pesquisa quali-quantitativa na medida em que coleta e levanta dados e procura explicar os resultados de forma condizente com a situação obtida.

3.3 COLETA DE DADOS

3.3.1 Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA

O estudo buscou utilizar os dados disponíveis pelo sistema do IBGE de recuperação automática – SIDRA, que de acordo com o IBGE, busca tornar mais fácil para os atores e agentes sociais e à sociedade em geral, através de meios de navegação online, para obtenção gratuita de pesquisas realizadas pelo instituto. Tornando-se, assim, fácil a compreensão do comportamento das principais variáveis analisadas no Brasil, distribuído em regiões, estados, municípios e bairros para demonstração da realidade social brasileira.

Foram utilizados os dados acerca da composição do Produto Interno Bruto a preços correntes do município entre os anos de 2009-2014, sendo decomposto no cálculo da variável PIB as seguintes variáveis:

- Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes (Milhões Reais);
- Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (mil reais);
- Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (mil reais);
- Valor adicionado bruto a preços correntes de serviços (mil reais);
- Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social (mil reais).

Segundo o cálculo do Produto Interno Bruto feito pelo IBGE estas são as variáveis para o somatório do valor final do PIB, neste sentido, estas variáveis foram de total importância para o desenvolvimento desta pesquisa.



3.3.2 FINBRA – Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (SICONFI)

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal do Brasil⁵ todo estado e município devem divulgar seus dados contábeis de forma acessível, sendo transparente com relação a suas despesas. Neste sentido, segundo o disposto no Art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, busca determinar que à União forneça os dados até o dia 30 de junho de cada ano.

Assim, esta pesquisa utilizou dados fornecidos pela secretaria do Tesouro Nacional, disponíveis na FINBRA, bem como os dados restantes disponíveis na nova ferramenta de pesquisa, SICONFI⁶ que segundo o governo compreende uma nova ferramenta para implementação de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais originadas do universo de municípios, estados, Distrito Federal e a União. Os dados utilizados são os dados de despesa por função “educação” referentes aos anos de 2009 – 2014.

Neste aspecto os dados referentes à educação utilizados, não discriminam a especificidade do tipo de recurso ou a destinação, ou seja, não discriminam quais entes, nem nível de escolaridade que o recurso foi destinado. Foi analisado exclusivamente o volume de recursos destinados à educação referente ao gasto público.

3.3.3 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): efeito Multiplicador do PIB

Segundo o IPEA, a política pública para gastos sociais com renda, saúde e educação tem um impacto positivo no PIB, a condição de gastos sociais neste aspecto, causa um duplo efeito benéfico à renda nacional por gerar uma melhor distribuição de renda.

Isto ocorre porque a maioria dos gastos sociais do governo beneficia os mais pobres - como no caso do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, e dos benefícios subsidiados da Previdência Social (rurais em regime de economia familiar, empregado doméstico, entre outros) – e a classe média – como no caso dos salários dos professores da educação básica, ou da grande maioria dos benefícios urbanos da previdência social no Brasil (85% desta são de até 3 salários mínimos). Ao distribuir melhor a renda, os salários e os serviços, uma parte importante do gasto social permanece no país e fortalece o circuito de multiplicação de renda, pois estes estratos tendem a consumir menos importados e poupar menos, o que implica em maior propensão a consumir produtos nacionais, mais vendas, mais produção nacional e mais empregos gerados no país. (IPEA, 2011, p.6-7)

No aspecto metodológico de forma sintetizada, esta condição resulta da relação entre o fluxo circular de renda e a utilização de uma Matriz de Insumo-Produto como a Matriz de Contabilidade Social (Social Accounting Matrix, ou SAM) que é uma matriz quadrada, O IPEA constata que todo

⁵ A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro. Informação disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/lei-de-responsabilidade-fiscal> Acesso em: 22 mai. 2017.

⁶ Informação disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>> Acesso em: 22 mai. 2017.



gasto feito por um agente econômico é igual a uma receita recebida por outra e para cada agente econômico, a soma total dos seus gastos equivale à soma total das suas receitas.

A análise dos efeitos multiplicadores parte do princípio de que uma vez perturbada a estabilidade inicial por um advento exógeno, externo, independente da renda corrente, a matriz satisfará a restrição orçamentária de cada agente e, por meio dos “vazamentos” deste impulso inicial, convergirá para um novo nível de renda e gasto. A relação do novo nível de renda e o montante do impulso inicial é justamente o efeito multiplicador. (IPEA, p.8. 2011)

Neste sentido, esta pesquisa utilizou o efeito multiplicador dos gastos sociais (educação) sobre o PIB do município de Campina Grande. Os efeitos multiplicadores do PIB e na renda das famílias podem ser vistos na Tabela 1, elaborada pelo IPEA:

Tabela 1 – Multiplicadores Decorrentes de um Aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto

Tabela 1 - Multiplicadores Decorrentes de um Aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto		
Tipo de Gasto/Demanda	Multiplicador do PIB (%)	Multiplicador da Renda das Famílias (%)
Demanda Agregada (investimento, exportações e gasto do governo)	1,57	1,17
Educação e Saúde	1,78	1,56
Educação	1,85	1,67
Saúde	1,70	1,44
Investimento no Setor de Construção Civil	1,54	1,14
Exportações de Commodities Agrícolas e Extrativas	1,40	1,04

Fonte: Elaboração IPEA com informações do SCN 2006 (IBGE), PNAD 2006 e POF 2002-2003 (IBGE).

Fonte: IPEA, 2011

Como se observa o efeito multiplicador do PIB através do gasto social educação tem o maior impacto sobre o crescimento do PIB, isso é visível ao entender quando R\$1,00 gasto em educação pública (coeteris paribus) o PIB aumentará R\$ 1,85 pelo simples processo de multiplicação.

3.4 APLICAÇÃO DOS DADOS

3.4.1 Ferramentas Instrumentais

Os dados foram aplicados a ferramentas de software que realizam cálculos estatísticos e matemáticos. Assim, após a coleta de dados, os mesmos foram aplicados em planilhas do Microsoft Excel, de forma metodológica separada por variável e ano.

Depois de organizados em planilhas, os dados foram demonstrados graficamente através de figuras que foram utilizadas para uma melhor compreensão dos resultados obtidos.



3.4.2 Metodologia matemática

Para obtenção dos resultados esperados a pesquisa utilizou a variável gasto com despesas por função, educação pública (2009-2014) multiplicada pelo efeito multiplicador do PIB educação (1,85%), assim:

Efeito Multiplicador educação = *Volume de gasto Educação pública (ano) x 1,85%*

Após a realização deste cálculo este valor foi descontado do PIB municipal:

PIB (E. M educação) = *PIB – [Volume de gasto Educação pública (ano) x 1,85%]*

O que permitiu visualizar qual o real grau de participação da despesa educação pública no PIB municipal sob o efeito multiplicado. Encontrado a participação da educação sobre o PIB municipal foi possível descontar os valores sobre a variável cuja despesa educação na composição do PIB realizada pelo IBGE:

PIB = Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes + Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária + Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria + Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social + Valor adicionado bruto a preços correntes da administração, saúde e educação.

Ou de forma sintética,

PIB = Impostos + Agropecuária + Indústria + Serviços + Administração (Educação, Saúde e Seguridade social).

Logo, a participação se encontra na variável administração, assim foi possível retirar o valor real do efeito multiplicado da educação desta variável, compreendendo assim, o grau de participação real da educação sobre o PIB municipal. Ao final foi realizada uma comparação deste valor com o percentual de participação do PIB pela educação sem o efeito multiplicado, pela simples relação “Gastos Educação pública / PIB”. Ambos os valores foram comparados aos padrões recomendados de gastos com educação para o desenvolvimento social.

3.4.3 Os parâmetros da ONU sobre gastos com educação

No contexto internacional a presença da Organização das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento dos seus países membros vem tomando um papel muito importante na busca da melhora humanitária de forma global. Neste contexto, nos anos 2000 foram estabelecidos os Objetivos do Milênio (ODM)⁷ como meio de garantir a melhora na qualidade de vida da população do planeta, isto seria possível através do alcance de metas pelos países no que diz respeito a melhora da saúde, educação, renda, habitação, dentre outros elementos. Outro cenário que se insere mais recentemente

⁷ Ver informações em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>> Acesso em: 13 jun. 2017.



em amplitude ao ODM estabelecido pela ONU, são seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁸ que buscam ampliar as questões do desenvolvimento socioeconômico, e assim atingir metas até o ano de 2030.

Tanto na ODM quanto nas ODS a educação de qualidade e para todos é um elemento prioritário, dessa maneira, a ONU sugere para os países metas de gastos médio com educação de acordo com a renda do país, a fim de garantir uma educação de qualidade e para todos. Logo, um maior nível de gastos dos países em educação se reverteria na melhora destes indicadores e, assim, na geração de desenvolvimento.

Para atingir tais padrões os países desenvolvidos acabam por estabelecer certos critérios de desenvolvimento, adotando modelos exemplares, como é o caso da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), composto por um número de países desenvolvidos e outros com capacidade de adesão, estes outros, em desenvolvimento como é o caso do Brasil. No que se refere ao gasto médio com educação sugerido pela OCDE (2014), o gasto médio dos países membros representava 5,6% do Produtor Interno Bruto (PIB), enquanto que o Brasil superava esse valor chegando a um gasto de 6,1% do seu PIB com a educação pública. No entanto, a diferença se dava sobre a despesa por aluno, em que a média da OCDE está em US\$ 8952,00 enquanto que o Brasil apresentava um gasto médio por aluno de US\$ 2985,00, um valor bem abaixo da média.

Neste sentido, para o desenvolvimento socioeconômico e melhora na condição da educação básica, torna-se necessário aos atores sociais buscarem atingir as metas de forma não apenas em números, mas em qualidade, de modo que, buscar mais volume de recursos destinados à educação pode gerar frutos capazes de trazer melhora na qualidade da educação. Dessa maneira, torna-se fundamental comparar o volume de gastos destinados à educação para identificar, a primeiro momento, possíveis disparidades no nível de educação entre países e regiões, e assim entender quais obstáculos e os desafios a serem enfrentados por estes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo apresenta os resultados e discussões obtidos a partir dos dados e procedimentos metodológicos utilizados, como fora mostrado no capítulo anterior. Está dividido em quatro tópicos, nos quais, o primeiro faz uma breve análise geoeconômica do município de Campina Grande, o segundo apresenta a evolução do PIB do município no período de 2009 a 2014, o terceiro apresenta a evolução dos repasses públicos em educação para o município entre 2009 a 2014, o quarto e último tópico apresenta a evolução dos gastos públicos em educação com o efeito multiplicador no e a participação no PIB no período de 2009 a 2014.

⁸ Ver informações em: < Ver informações em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>> Acesso em: 13 jun. 2017.



4.1 O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

O município de Campina Grande localiza-se na mesorregião Agreste do estado da Paraíba na região Nordeste do Brasil. De acordo com o censo do IBGE (2010) possui uma população de 385.231 habitantes e a densidade demográfica de 648,3 Hab./Km², a sua extensão territorial é de 539,02 Km², sendo o segundo município mais populoso do estado da Paraíba e, também, o segundo mais populoso do interior do Nordeste. No ano de 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) correspondeu aproximadamente a R\$ 7,54 bilhões e o PIB per capita próximo a R\$ 18,7 mil, como aponta o IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁹ de Campina Grande de acordo com o IBGE (2010) é de 0,72 numa escala de 0 a 1, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil o município encontra-se dentro da faixa de alto IDHM.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME) no ano de 2013 o PIB do município de Campina Grande representou 14,1% do PIB da Paraíba, perdendo apenas para a capital João Pessoa que contribuiu com 32% no PIB paraibano. Dessa maneira, o município de Campina Grande caracteriza-se como sendo o segundo centro dinâmico do estado e o maior centro econômico do interior da Paraíba. Ainda de acordo com o IDEME, o posto que o município ocupa de maior centro econômico do interior do estado é devido a grande atividade comercial, atuando como distribuidor para diversas cidades do Nordeste. Além da atividade comercial o relatório do IDEME aponta a atividade educacional como outro ponto de extrema importância para o desenvolvimento do município, visto que, como já foi mencionado no presente trabalho, a cidade sedia uma universidade federal (UFCG), uma universidade estadual (UEPB) e diversas faculdades particulares.

4.2 EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DE CAMPINA GRANDE (2009- 2014)

Baseado na importância do município na composição do PIB da Paraíba como foi discutido no tópico anterior, Campina Grande apresenta um crescimento relativamente significativo do seu PIB a preços correntes, com pequenas variações de crescimento entre os anos pesquisados, desde 2009 até o ano de 2014 o PIB da cidade quase que dobrou. No crescimento ano por ano entre os anos de 2009 a 2010, o PIB saltou de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 4,99 bilhões, um incremento de aproximadamente um bilhão de reais, com variação de crescimento nominal entre os anos analisados, cerca de 12,7% de variação.

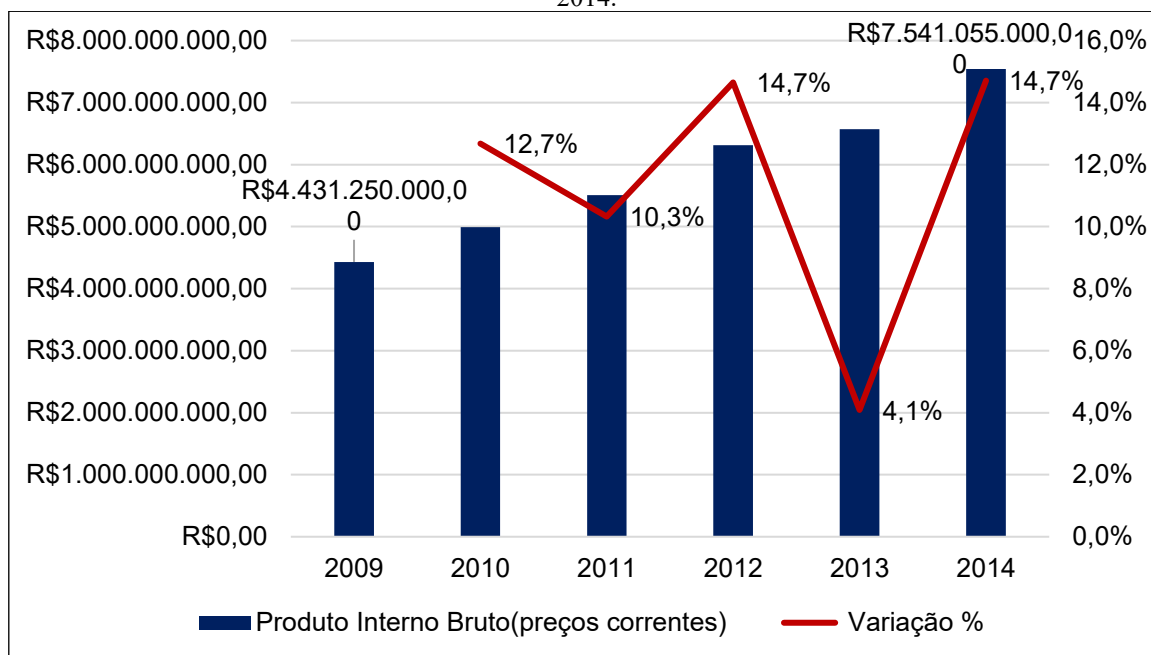
A partir do ano de 2011 até 2013 a variação percentual do PIB caiu de 14,7% para 4,1% de crescimento entre os anos, com um salto de R\$5,5 bilhões em 2011 para R\$ 6,6 bilhões em 2013. O ano de 2014 foi registrado como um ano de retomada do crescimento do PIB nominal, que cresceu cerca de 14,7% entre 2013 a 2014, saltando dos R\$ 6,6 bilhões para R\$ 7,54 bilhões. Essas variações

⁹ Mais informações disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 10 jun. 2017.



nominais e percentuais podem ser vistas no Gráfico 1 sobre o variação nominal e percentual do PIB de Campina Grande.

GRÁFICO 1 – Variação nominal e percentual do Produto Interno Bruto de Campina Grande (preços correntes): 2009 – 2014.



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, 2017.

Como se observa há uma variação entre os anos, porém não há nenhum período de retração significativa sobre o PIB, às condições de uma variação positiva ou com menor volume de crescimento derivam de uma série de fatores endógenos e exógenos do município, fazendo o PIB nominal variar de forma tão oscilante como se observa, mesmo obtendo um ritmo sempre de crescimento, além do mais que esses valores são apenas nominais e não se referem aos valores reais de crescimento já que esta condição não será inserida nesta pesquisa, não sendo o elemento central do trabalho, mas sim um componente necessário para o entendimento dos resultados que serão descritos neste trabalho posteriormente.

4.3 EVOLUÇÃO DOS REPASSES EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (2009-2014)

Outro importante componente que se deve ser demonstrado antes dos resultados da parcela da real participação da educação no PIB sobre o efeito multiplicador é o volume de despesas destinadas à educação pública para o município de Campina Grande, referentes aos anos observados. Neste âmbito os dados apurados demonstram que entre 2009 e 2014 há uma elevação no montante de recursos recebidos, saltando de R\$ 71 milhões para R\$ 122 milhões respectivamente.

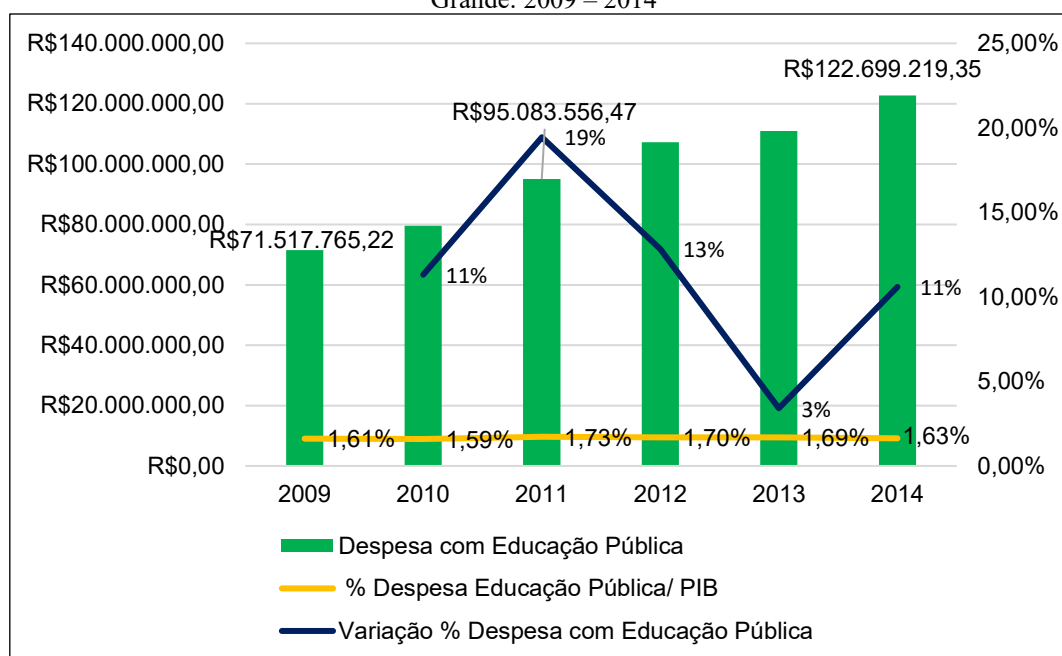
A maior elevação dos recursos destinados encontra-se entre os anos de 2010 e 2011 saltando de R\$ 79 milhões para R\$ 95 milhões respectivamente, obtendo um aumento em 19% dos gastos com



relação ao ano anterior. A partir de 2012 há um crescimento, mas em menor grau, saltando de R\$ 107 milhões em 2012, para R\$ 110 milhões no ano de 2013 que registrou o menor grau de crescimento (variação de 3%) nos anos observados, e finalmente no ano de 2014 houve uma elevação para R\$122,6 milhões, representando variação positiva de 11% nas despesas de educação pública destinadas para o município.

Observa-se que em 2013, como mostrado anteriormente no Gráfico 1, há uma queda na variação de volume do PIB, similarmente nas despesas com educação há também uma queda na variação de volume de despesas destinadas a educação pública. Essas informações podem ser mais bem visualizadas no Gráfico 2, que trata do montante de recursos destinados na educação pública do município.

GRÁFICO 2 – Variação nominal e percentual das despesas de educação pública destinados ao município de Campina Grande: 2009 – 2014



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos Secretaria do Tesouro Nacional (STN), 2017.

Outro aspecto a ser observado no Gráfico 2, é o grau de participação do valor da despesa de educação pública no montante do PIB a preços correntes que se manteve variando entre 1,5% a 1,8% durante os anos. Embora o ano de 2013 apresente uma queda na variação do PIB e também no montante de recursos destinados à educação, o ano se mostrou relativamente volumoso na relação despesa de educação pública sobre o tamanho do PIB. O ano de menor desempenho nessa relação foi o ano de 2010 com participação de apenas 1,59%, mas o ano seguinte demonstra justamente o contrário, alcançando 1,73% de participação no montante do PIB.

Estes valores demonstrados sem o efeito multiplicador da relação despesa de educação pública sobre o tamanho do PIB são o grau de participação da educação na composição do PIB, este estudo se propõe assim a demonstrar qual seria o real grau de participação da despesa da educação pública na



composição do PIB sob a ótica do efeito multiplicador que será posteriormente demonstrado no próximo tópico.

4.4 EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO DO EFEITO MULTIPLICADOR E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO

Após a demonstração dos montantes do PIB municipal, das despesas públicas destinadas a educação, torna-se possível demonstrar os resultados obtidos na apuração dos dados sobre a ótica do efeito multiplicador. Para isto, o estudo irá analisar ano a ano o grau de participação dos componentes do PIB como fora exposto nos aspectos metodológicos, bem como apontando sob a variável que a despesa de educação pública se insere, para melhor visualização e compreensão da pesquisa. Após esta exposição será feita o comparativo entre os valores do grau de participação da despesa de educação pública sobre o PIB sem e com o efeito multiplicador.

Como explicitado anteriormente e para efeito de melhor entendimento ao calcular-se o PIB, o IBGE utiliza um cálculo de somatória dos valores adicionado das atividades econômicas e também dos impostos arrecadados no município, sendo assim:

$$\text{PIB} = \text{Impostos} + \text{Agropecuária} + \text{Indústria} + \text{Serviços} + \text{Administração (Educação, Saúde e Seguridade social)}.$$

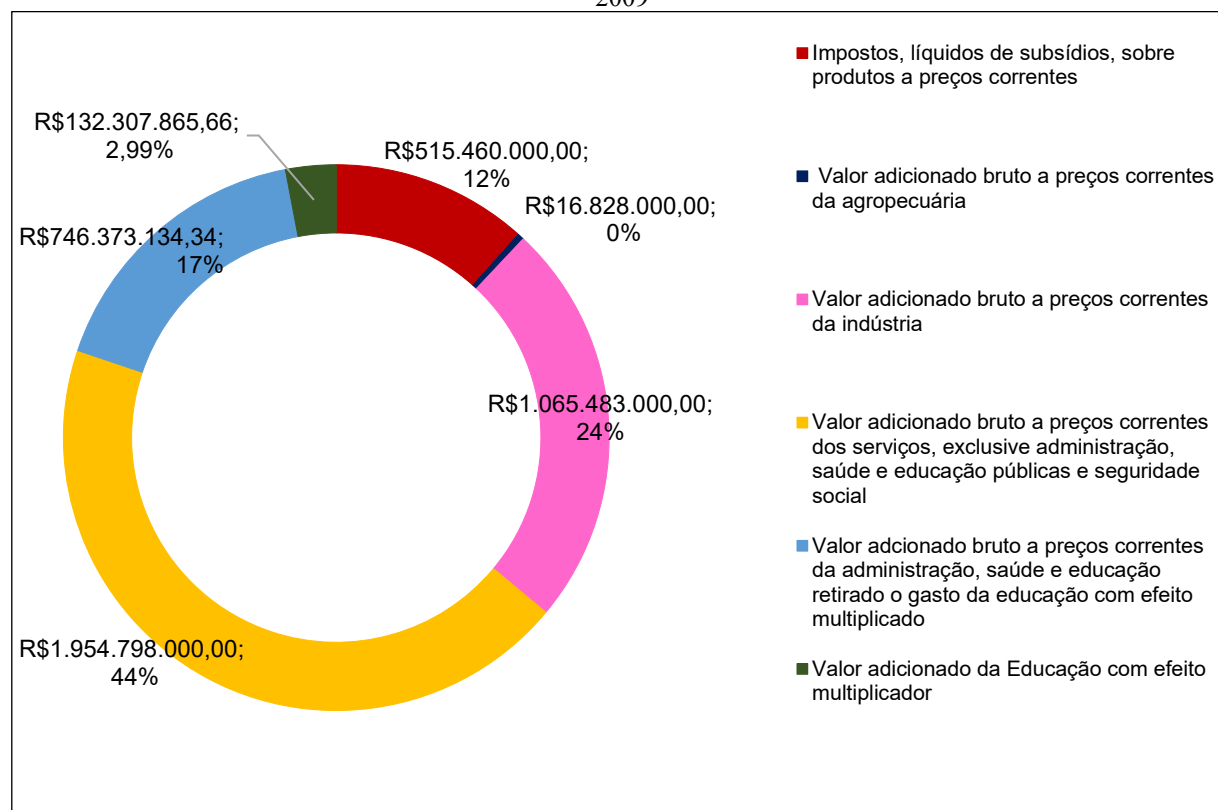
4.4.1 Produto Interno Bruto 2009: Composição do PIB e participação da despesa pública sob o efeito multiplicador

O primeiro ano observado desta pesquisa, demonstra um panorama acerca dos principais compositores do PIB municipal, sendo eles o valores adicionados do setor de serviços compondo 44% seguido do setor industrial compondo 24% e em terceiro lugar o valor adicionado da administração com cerca de 17%, os impostos são o quarto maior compositor do PIB em cerca de 12%. Porém nota-se que o setor de agropecuária no município representa um setor com baixa significância do PIB ficando abaixo de 1%.

No que se refere à composição do valor adicionado da administração pública, a educação pública é um dos componentes, porém esta foi subtraída dessa variável para aplicação dos cálculos do efeito multiplicador, o que possibilitou perceber que a despesa pública em educação tem um grau de participação de 2,99% no ano de 2009 sob o montante do PIB. Está situação pode ser vista no Gráfico 3, que demonstra a composição do PIB em valores nominais e percentuais pela variável analisada, bem como demonstra o valor adicionado da despesa da educação pública sob o efeito multiplicador.



GRÁFICO 3 – Composição do PIB municipal por variável e participação da educação pública sob o efeito multiplicador: 2009



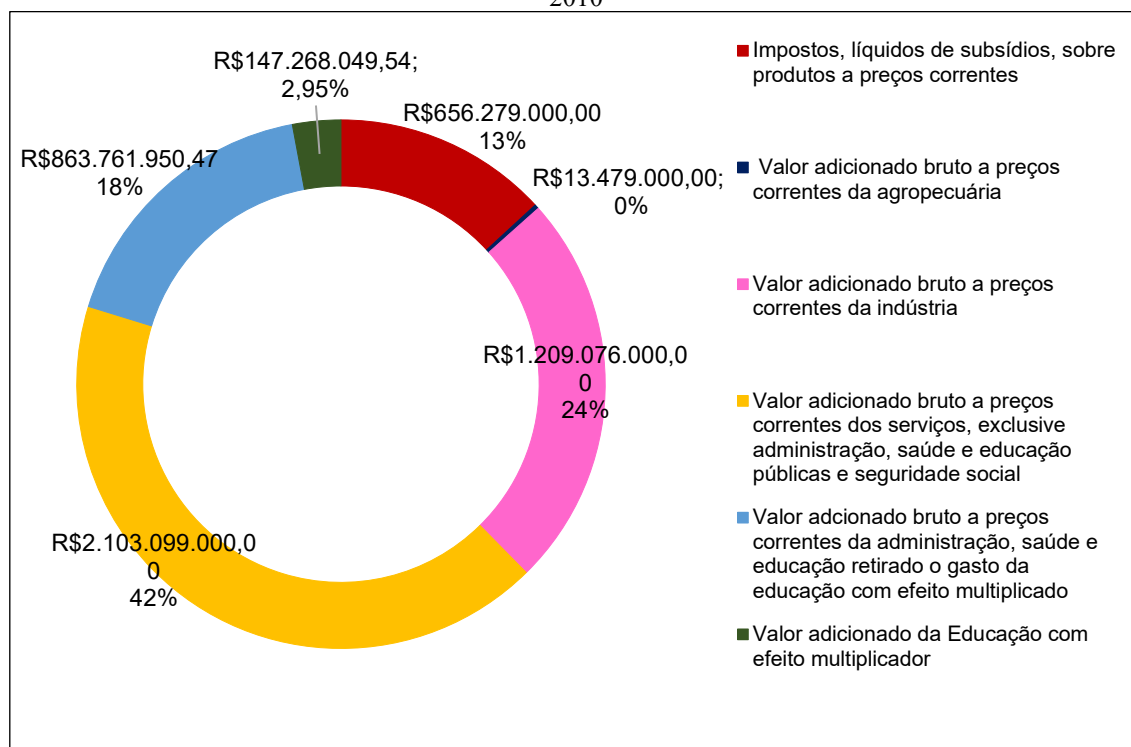
Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, 2017.

4.4.2 Produto Interno Bruto 2010: Composição do PIB e participação da despesa pública sob o efeito multiplicador

Para o ano de 2010 observa-se uma variação positiva no PIB de Campina Grande de 12,7% em relação ao PIB de 2009. O valor adicionado do setor de serviços continua representando a maior parte do PIB municipal compondo 42%, em segundo lugar encontra-se o setor industrial representando 24%, o valor adicionado da administração excluindo os gastos com educação como já foi explicado anteriormente encontra-se na terceira posição representando 18%, em quarto lugar observa-se os impostos que representam 13%, a agropecuária continua com pouca significância representando menos de 1% do PIB do município.

Com pode-se observar no Gráfico 4, no ano de 2010 as despesas públicas com educação no município de Campina Grande, aplicado o efeito multiplicador, representam 2,95% do valor total do PIB.

GRÁFICO 4 – Composição do PIB municipal por variável e participação da educação pública sob o efeito multiplicador: 2010



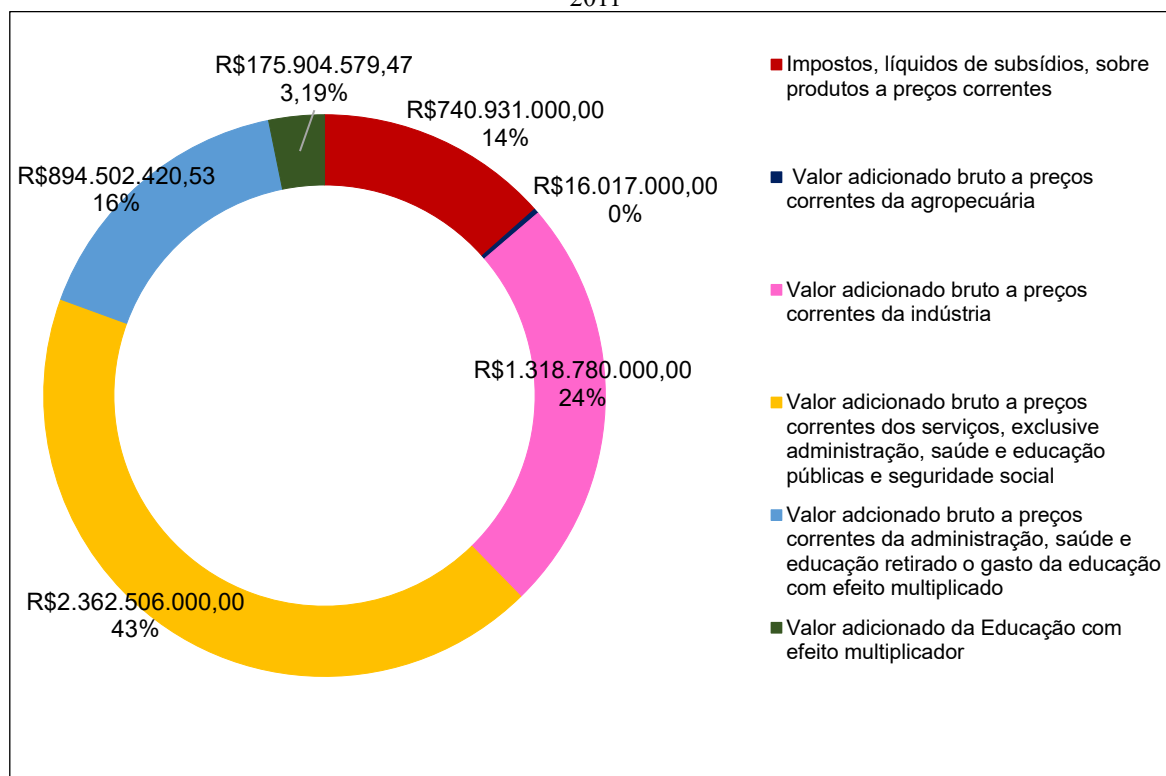
Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, 2017.

4.4.3 Produto Interno Bruto 2011: Composição do PIB e participação da despesa pública sob o efeito multiplicador

No ano de 2011 observa-se uma variação positiva de 10,3% no PIB do município em relação ao ano anterior. Em relação aos valores adicionados que compõem o montante total do PIB municipal, observa-se o setor de serviços compondo 43%, seguido pelo setor industrial que representa 24%, o valor adicionado da administração continua em terceiro lugar na composição do PIB com grau de participação de 16%, seguida pelos impostos que representam 14% e a agropecuária que se mostra com pouca relevância compondo menos de 1%, como pode ser visto no Gráfico 5.

Já em relação aos gastos públicos com educação com o efeito multiplicador, observa-se que no ano de 2011 o valor adicionado da educação representa 3,19% do montante total do PIB do município.

GRÁFICO 5 – Composição do PIB municipal por variável e participação da educação pública sob o efeito multiplicador: 2011



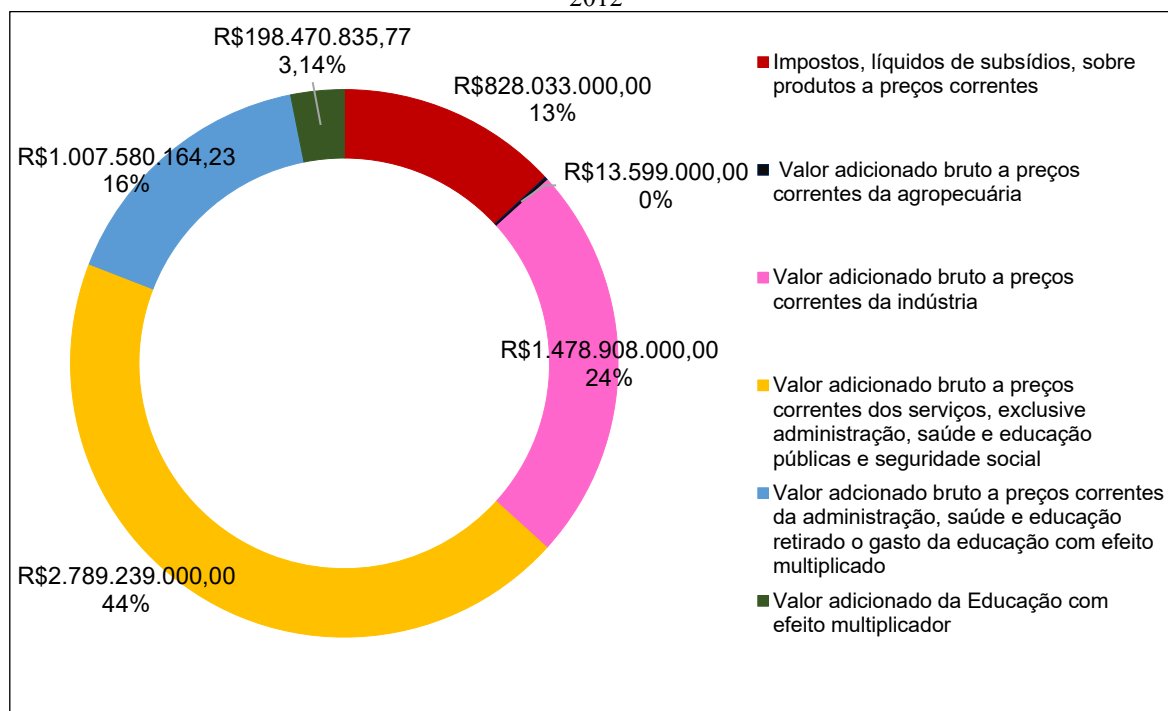
Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, 2017.

4.4.4 Produto Interno Bruto 2012: Composição do PIB e participação da despesa pública sob o efeito multiplicador

No ano de 2012 verifica-se uma variação de 14,7% no PIB em relação ao ano de 2011. No tocante aos valores adicionados que constituem o PIB do município, como é possível observar no Gráfico 6, nota-se que o valor adicionado do setor de serviços representa 44%, em seguida observa-se o valor adicionado da indústria compondo 24%, em terceiro lugar o valor adicionado da administração que representa 16%, os impostos se encontram em quarto lugar compondo 13%, o setor da agropecuária como nos anos anteriores representa menos de 1% do PIB municipal.

O valor adicionado da educação com efeito multiplicador para o ano de 2012 é de 3,14% do montante do PIB, praticamente não há variação percentual comparado ao ano de 2011.

GRÁFICO 6 – Composição do PIB municipal por variável e participação da educação pública sob o efeito multiplicador: 2012



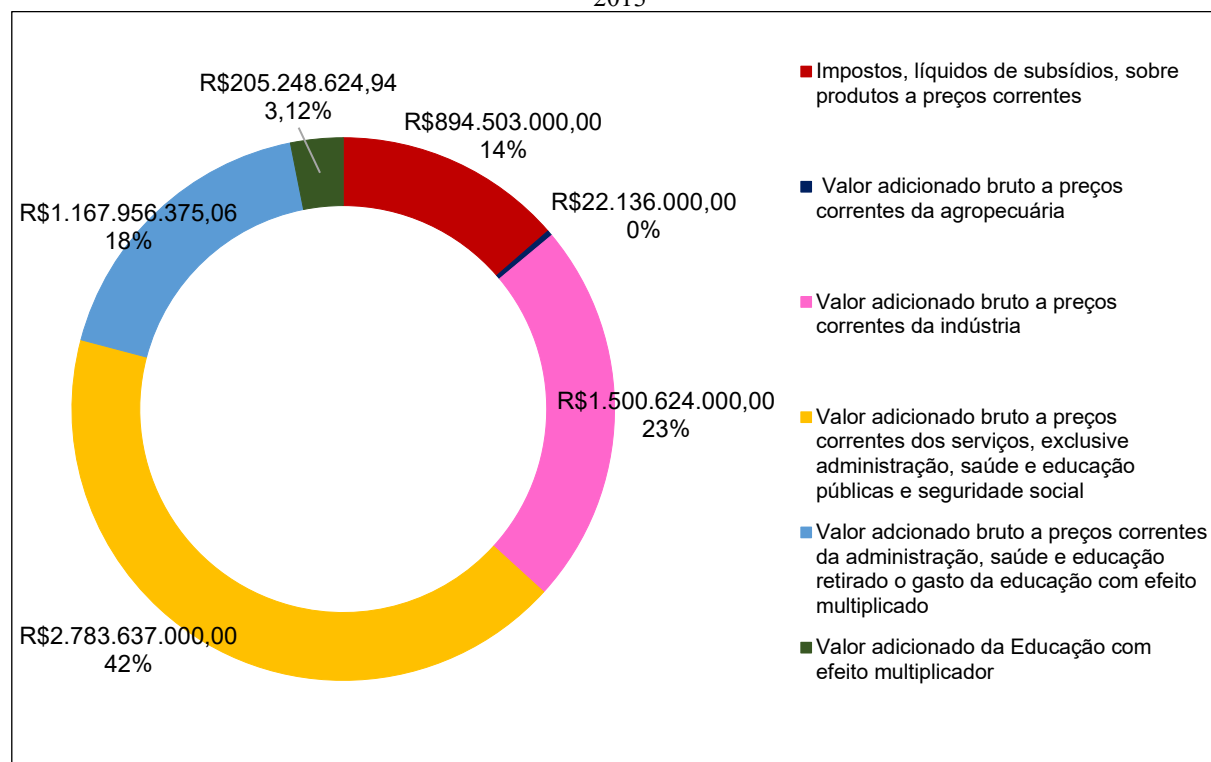
Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, 2017.

4.4.5 Produto Interno Bruto 2013: Composição do PIB e participação da despesa pública sob o efeito multiplicador

O PIB de Campina Grande no ano de 2013 apresenta a menor variação entre os anos analisados na pesquisa com 4,1%. Nesse ano o valor adicionado dos serviços corresponde a 42% do total do PIB do município, por seguinte o valor adicionado da indústria representa 23%, em terceiro lugar observa-se o setor administrativo compondo 18%, em sequência os impostos que representam 14% e a agropecuária com pequena contribuição de menos de 1% no PIB de Campina Grande, como se pode notar ao analisar o Gráfico 7.

Nesse ano observa-se que o valor adicionado da educação com efeito multiplicador representa 3,12% do PIB municipal.

GRÁFICO 7 – Composição do PIB municipal por variável e participação da educação pública sob o efeito multiplicador: 2013



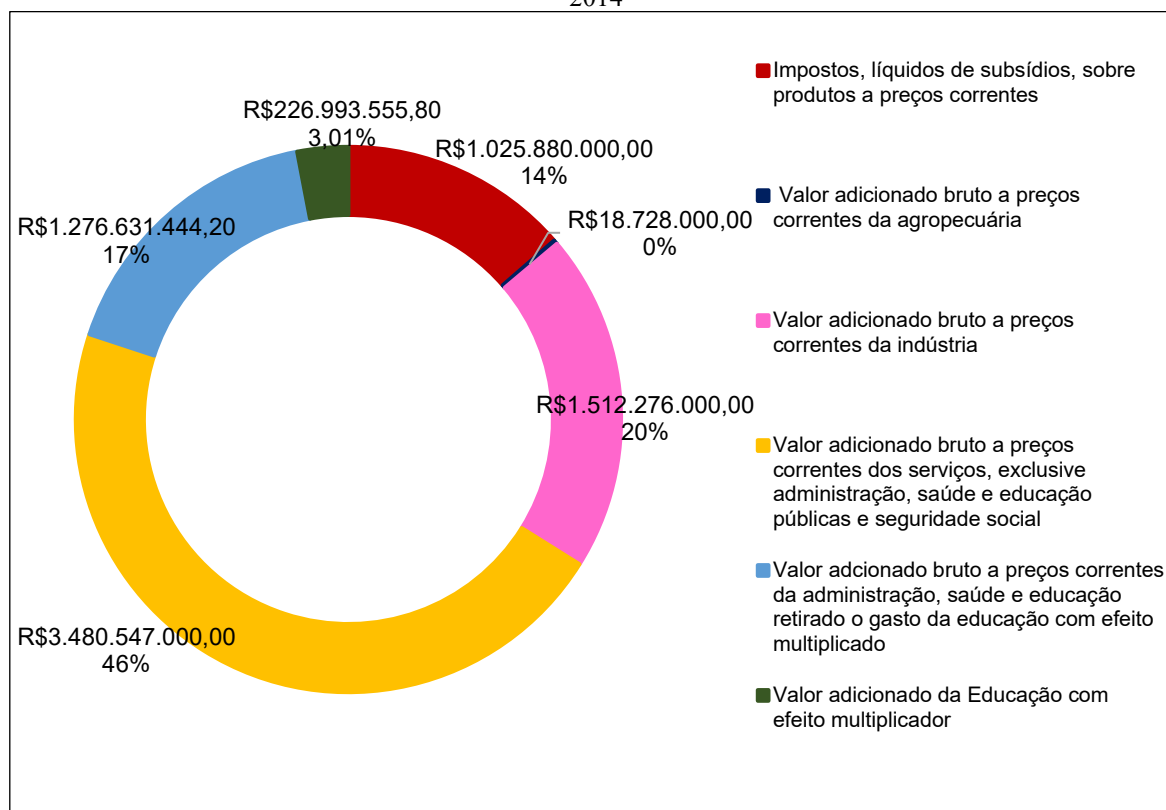
Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, 2017.

4.4.6 Produto Interno Bruto 2014: Composição do PIB e participação da despesa pública sob o efeito multiplicador

Para o último ano de análise da pesquisa nota-se que o PIB do município sofreu uma variação de 14,7%. Em relação aos valores adicionados que compõem o PIB é possível observar no Gráfico 8, que o valor adicionado dos serviços representa a maior parte com 46% do total, em seguida observa-se o setor da indústria compondo 20%, o valor adicionado da administração em terceiro lugar representa 17%, em quarto lugar os impostos representando 14% e o setor da agropecuária com pouca expressão, como nos anos analisados anteriormente, representa menos de 1% do PIB municipal.

O valor adicionado da educação com o efeito multiplicador para esse último ano representa 3,01% do PIB, não diferindo dos anos anteriores que representaram em média 3% do PIB do município.

GRÁFICO 8 – Composição do PIB municipal por variável e participação da educação pública sob o efeito multiplicador: 2014

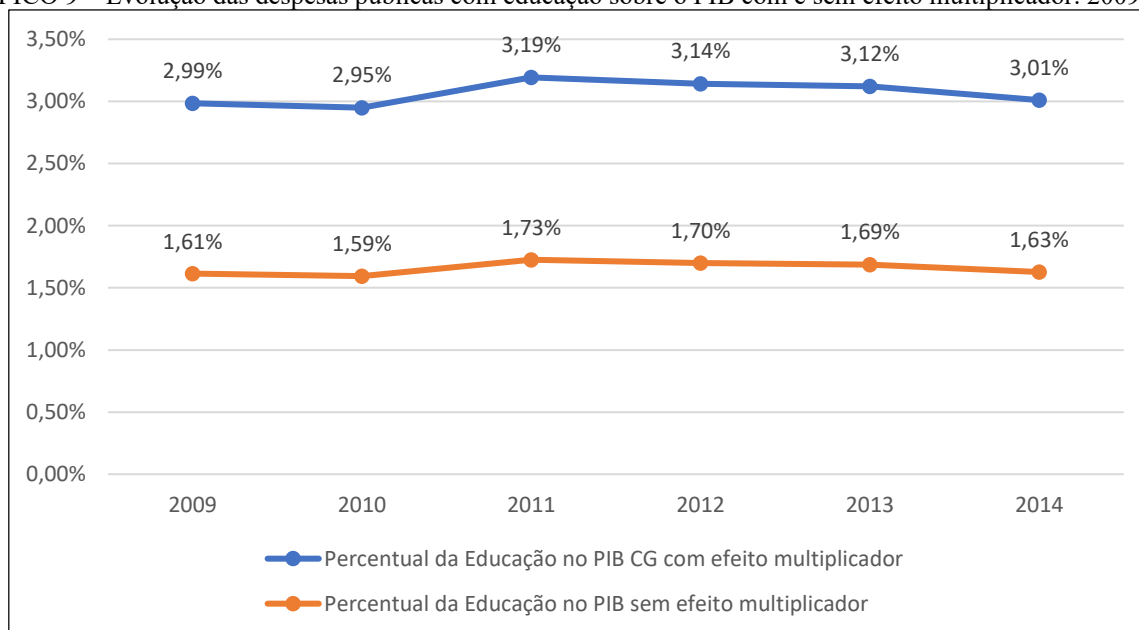


Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, 2017.

4.5 COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS COM EDUCAÇÃO SOBRE O PIB COM E SEM EFEITO MULTIPLICADOR: 2009 A 2014

O Gráfico 9 traz os percentuais de participação da educação no PIB de Campina Grande entre os anos de 2009 a 2014, para efeito de comparação entre a participação da educação sem o efeito multiplicador e com o efeito multiplicador. Dessa forma, como já foi mencionado anteriormente, é possível analisar a real parcela dos gastos com educação no PIB do município. Para o ano de 2009 pode-se observar que a educação representa 1,61% e que aplicado o efeito multiplicador essa participação aumenta para 2,99%. No ano de 2010 nota-se que a participação da educação é a menor em todo o período analisado, representando 1,59% do PIB e 2,95% com o efeito multiplicador. Em 2011 a parcela dos gastos com educação é de 1,73% e 3,19% com o efeito multiplicador, nota-se, nesse ano, o maior percentual de gastos com educação para todo o período de análise. No ano de 2012 a participação dos gastos com educação é de 1,70% e 3,14% com efeito multiplicador apresentando uma redução em torno de 0,3% em relação ao ano anterior. Para o ano de 2013, também se observa uma redução no percentual dos gastos no PIB, neste ano o percentual representa 1,69% do PIB e 3,12% com o efeito multiplicador. O ano de 2014 e último ano de análise da pesquisa apresenta, também, uma diminuição da participação dos gastos com educação no PIB do município, representando 1,63% do PIB e 3,01% aplicado o efeito multiplicador.

GRÁFICO 9 – Evolução das despesas públicas com educação sobre o PIB com e sem efeito multiplicador: 2009 a 2014



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do IBGE, SICONFI – 2017.

A análise dos percentuais das despesas públicas com educação no município de Campina Grande sob o PIB para todo o período estudado demonstrou que o nível de participação da educação no PIB do município é baixo, durante os seis anos analisados o percentual de gastos com a educação não chegou a 2% e aplicado o efeito multiplicador o maior percentual foi de 3,19% no ano de 2011.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi apresentado ao longo do trabalho, a educação se configura num instrumento extremamente importante para a redução das desigualdades socioeconômicas, diversos organismos internacionais desenvolvem políticas educacionais para auxiliar na redução da pobreza e promover o desenvolvimento econômico, principalmente, nos países subdesenvolvidos que ainda possuem um grande déficit educacional. Logo, o estudo preocupou-se em analisar a participação real dos gastos sociais em educação, com efeito multiplicador, no PIB do município de Campina Grande nos anos de 2009 a 2014 e verificar se estes valores se encontram condizentes com a média dos países membros da OCDE de 5,6% do PIB (2014).

Após o levantamento dos dados e a realização das estatísticas necessárias que possibilitaram chegar aos resultados, pôde-se rejeitar a primeira hipótese e, portanto, aceitar a segunda hipótese de que os gastos públicos com educação no município de Campina Grande estão abaixo da média sugerida pela OCDE no período estudado.

Dessa maneira, foi possível observar que em nenhum dos anos analisados a participação real das despesas com educação, ou seja, aplicado o efeito multiplicador da educação, encontrou-se dentro da média sugerida de 5,6% do PIB, a maior participação se deu no ano de 2011 representando 3,19% do PIB, já a menor participação foi observada no ano de 2010 representando 2,95% do PIB,



demonstrando que o nível de participação no PIB municipal dos gastos sociais referentes a educação podem ser considerados baixos comparado aos da OCDE.

Nesse aspecto, é importante que o município de Campina Grande a partir de seus atores sociais que são responsáveis pelas políticas públicas volte mais atenção para a questão da educação no município como forma de promover mais desenvolvimento econômico, social e humano.

Por fim, a contribuição que esta pesquisa deu ao tema pode ser aprimorada a partir de trabalhos posteriores, podendo ser levantados outras questões, hipóteses e objetivos. Uma sugestão a este estudo seria a análise dos gastos com educação por aluno, além da atualização da base de dados para a realidade temporal estudada.



REFERÊNCIAS

ASSIS, Renata Machado de. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO MILITAR: A ESCOLARIZAÇÃO DOS 7 AOS 14 ANOS. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 3, n. 2, fev. 2013. ISSN 2178-8359. Disponível em:

<<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/171/89>>.

Acesso em: 16 ago. 2017.

ALVES, Jakson Amâncio (Org.). Produto interno Bruto do Estado da Paraíba e de seus Municípios 2010-2013. João Pessoa: IDEME, 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. O IDHM. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991: O Desafio do Desenvolvimento. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória. Cad. Pesqui. São Paulo, n. 108, p. 27-48, nov. 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. ed. Administrativa do texto constitucional. Brasília, DF: Senado Federal, 2015/2016.

BECKER, Gary. S. Capital Human: A theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education. Chicago: The University of Chicago, 1964.

_____. Capital humano e pobreza. Disponível em:

<<http://www.cieep.org.br/index.php?page=artigossemana&codigo=480>> . Acesso em: 23 ago. 2017.

BERNUSSI, Mariana Medeiros. Instituições Internacionais e Educação: A agenda do Banco Mundial e do Education For All no caso Brasileiro. Orientadora: Profa. Dra. Adriana Schor (IRI-USP) 101 páginas. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FRANCO, Divaldo Pereira. Vida Feliz Pelo Espírito Joanna de Ângelis. 4ª ed. Salvador: Lis Gráfica e Editora Ltda, 1992.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Histórico. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sobre o fundeb. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em: 11 jul. 2017.



GEORGE, Michel. A EDUCAÇÃO E O ESTADO NOVO: A RATIFICAÇÃO DA ORDEM DOMINANTE E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO. 1 Periódico de Divulgação Científica da FALS Ano I, n. 2, março de 2008.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini et al. História da educação brasileira: a produção científica na biblioteca eletrônica SCIELO. Educ. Soc. Campinas, v. 29, n. 102, p. 181-211, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2017.

IBGE. Campina Grande. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

IPEA. Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Comunicados do Ipea, n. 75, 2011.

NAGLE, Jorge. 1910 Educação e sociedade na Primeira República. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ODM BRASIL. Os objetivos de desenvolvimento do milênio. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

OECD, Education at a Glance 2014: OECD Indicators, OECD Publishing. Disponível em: <<https://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. Os objetivos de desenvolvimento sustentável dos ODM aos ODS. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. O que é o IDH. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 22 ago. 2017.



RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, jul. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2017.

ROCHA, Fernando José Meira. Educação e economia: uma abordagem sobre as consequências e condicionantes econômicos do desenvolvimento humano, com ênfase em educação. Cadastro de Finanças Públicas, Brasília, n. 5, p. 51-171, jul. 2004.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. A Educação Pública antes da Independência. In: PALMA FILHO, J. C. (org.) Pedagogia Cidadã –Cadernos de Formação – História da Educação – 3ª ed. São Paulo: UNESP- Pró-Reitoria de Graduação/ Santa Clara Editora, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil: (1930/ 1973). 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. Desarrollo y Libertad. Tradução de Esther Rabisco e Luis Toharia. Buenos Aires: Planeta, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. O valor econômico da educação. Tradução de P. S. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SICONFI TESOIRO NACIONAL. Siconfi. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

SOUZA, Nali Jesus de. Desenvolvimento Econômico. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TESOIRO NACIONAL. Responsabilidade fiscal. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_pt/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 22 mai. 2017.

TESOIRO NACIONAL. Contas anuais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_pt/contas-anuais>. Acesso em: 22 mai. 2017.

UNESCO. Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twentyfirst Century (highlights). Paris: UNESCO, 1996.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia Micro e Macro: Teoria e Exercícios, Glossário com 260 Principais Conceitos Econômicos. São Paulo: Atlas, 2000.

VILLELA, Heloisa de. O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org.). 500 anos de educação no Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

